

O padrão de relação trabalhador/habitante ainda não está construído na assistência social, cabe inspiração na política de saúde, que estabelece, por exemplo, seguindo parâmetros mundiais, a razão de 1 médico para cada 1000 habitantes. Essa proporção é discutida no âmbito da política de Saúde por entender que é insuficiente, mas ainda assim, avaliou-se que seria um parâmetro de referência para se pensar a cobertura da Assistência Social observável até o momento.

Na média nacional (SUAS 10, p. 71)²² a relação de 1.000 habitantes para cada trabalhador de ensino superior, não alcança meio trabalhador, é de 0,4 trabalhador de nível superior. Para essa análise utilizaremos de uma escala que revele a pior e a melhor situação.

A pior situação é aquela em que a taxa na relação entre trabalhador e população alcançar menos de um trabalhador de nível superior para cada 1.000 habitantes. A melhor situação se expressa quando essa relação for maior que um trabalhador.

Na cidade de São Paulo a taxa municipal é de 0,6 trabalhador para 1.000 habitantes, pouco acima da média nacional, que é de 0,4/1.000 hab., ou seja, também não se alcançou um trabalhador/1.000 hab. Mas essa taxa não se mantém nos distritos. A maior relação encontrada está no distrito da Sé em que a taxa ficou em torno de 8,4/1.000. Ou seja, quase 9 trabalhadores para 1.000 hab. É a melhor situação encontrada em um distrito, que se distancia em 223 vezes da pior situação encontrada no Limão, onde a relação é de 0,04/1000 hab.

Entre os distritos da cidade com as melhores situações, considerando aquelas em que a relação entre trabalhador de nível superior e habitante é superior a 1, estão 17 (17,7%) distritos, com destaque para a Sé em que a relação é de 8,4 trabalhador NS/1.000 hab. A pior situação (menos de 1 trabalhador NS/1.000 hab.) está presente em 79 (82,3%) distritos, nesse caso, destaca-se a situação do distrito de Moema, que não registrou nem um trabalhador.

²² SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015